



Revista Historiar

ISSN: 2176-3267

Vol. 18 | Nº. 34 | Jan./Jun. de 2026

Ana Luiza Mendes Verissimo

Universidade Estadual Paulista / UNESP

ana.verissimo@unesp.br

ENTRE A ARTE E A CIÊNCIA: parteiras, cirurgiões-parteiros e a medicalização do parto no Portugal setecentista.

RESUMO

A partir da Época Moderna, a medicalização do parto e da maternidade intensificou-se na Europa ocidental, inserindo-se em um movimento mais amplo de consolidação da medicina e da ciência moderna. Embora não tenha sido exclusivo do contexto português, esse processo assumiu, em Portugal, características próprias da construção do pensamento científico luso ao longo do setecentos. A partir do estudo dos manuais de parto produzidos no período, os primeiros desse gênero em circulação no reino, somado a impressos de letrados importantes a época buscou-se mapear a inserção do cirurgião-parteiro no campo do nascimento, considerando sua atuação em diálogo com o trabalho historicamente desempenhado pelas parteiras. Nesse contexto, a medicalização do parto é compreendida como um processo gradual, atravessado por questões de gênero, moralidade, autoridade científica e pela permanência parcial dos saberes tradicionalmente associados às parteiras.

Palavras-chave: História da Saúde; Parteiras; Cirurgiões-parteiros; Medicalização do parto; Portugal setecentista.

ABSTRACT

From the Early Modern period onward, the medicalization of childbirth and motherhood intensified in Western Europe, becoming part of a broader movement toward the consolidation of medicine and modern science. Although this process was not exclusive to the Portuguese context, in Portugal it acquired particular characteristics connected to the development of Lusitanian scientific thought throughout the eighteenth century. Based on the study of childbirth manuals produced during this period, the first of their kind to circulate within the kingdom, together with printed works by important contemporary men of letters, this article seeks to map the insertion of the surgeon-midwife into the

field of childbirth, considering his practice in dialogue with the work historically performed by midwives. In this context, the medicalization of childbirth is understood as a gradual process, shaped by issues of gender, morality, scientific authority, and by the partial permanence of forms of knowledge traditionally associated with midwives.

Keywords: History of Health; Midwives surgeons; Medicalization of childbirth; Eighteenth-century Portugal

Introdução¹

O processo de absorção do partejo enquanto campo médico é relativamente recente nos países europeus ocidentais. Até meados do período moderno, o universo do parto esteve majoritariamente associado aos saberes femininos e à atuação das parteiras, figuras responsáveis não apenas pelo acompanhamento do nascimento em si, mas também por práticas ligadas aos cuidados com o corpo feminino, desde a concepção até os primeiros cuidados com os neonatos. Entretanto, entre os séculos XVII e XVIII, observa-se um movimento gradual de transformação desse cenário, marcado pela crescente valorização dos discursos médicos provenientes das universidades e pela tentativa de sistematização de conhecimentos anteriormente íntimos à experiência prática e cotidiana feminina.

Em movimentos muitas vezes simultâneos e, ao mesmo tempo, divergentes, é possível perceber tanto um declínio no número de parteiras quanto a paulatina inserção do cirurgião enquanto agente autorizado a orientar, acompanhar e realizar intervenções em circunstâncias consideradas mais difíceis e/ou perigosas do parto. Tal processo, contudo, esteve longe de ocorrer de maneira homogênea e linear, variando de acordo com as especificidades políticas, institucionais e culturais de cada região da Europa. No contexto português moderno, especialmente no século XVIII, essas transformações estiveram diretamente relacionadas à circulação de tratados médicos e cirúrgicos, à

¹ Ana Luiza Mendes Verissimo é doutoranda do Programa de Pós-graduação em História Social pela UNESP. Email: ana.verissimo@unesp.br, lattes: <http://lattes.cnpq.br/4154189182328954>. As Reflexões presentes neste artigo compõem parte da dissertação de mestrado intitulada “Entre parteiras e cirurgiões: um estudo sobre o partejo no Portugal setecentista”.

ampliação dos debates sobre as práticas de curas e à crescente preocupação com a conservação e manutenção da população lusa.

Na metrópole portugalense podemos observar essas transformações ao longo do século XVIII, em diálogo com mudanças nas teorias médicas vigentes e com reformas institucionais, como aquelas implementadas na Universidade de Coimbra, bem como com a produção de novas normativas sobre quem poderia obrar pela saúde. Até o primeiro quartel do Setecentos, o campo médico lusitano permanecia fortemente ancorado na tradição hipocrático-galênica; entretanto, observa-se, progressivamente, a incorporação de referenciais oriundos da mecânica, da física, da matemática e da química. Autores como Isaac Newton, Christiaan Huygens, Robert Boyle, Francis Bacon e o médico holandês Herman Boerhaave passam a integrar os compêndios e tratados médicos, anteriormente dominados quase exclusivamente por Hipócrates e Galeno (Abreu, 2016, p. 33).

Isso não significou, contudo, o abandono abrupto das teorias clássicas: a doutrina humoral permaneceu presente nas práticas e nos textos médicos, frequentemente combinada aos novos referenciais teóricos (Dias, 2010, p. 87). Em consonância com processos observados em outros espaços da Europa ocidental, essas transformações se desdobraram em novas formas de compreender as doenças, em reformas nas concepções de higiene, na reorganização e fiscalização das instituições de saúde e na elaboração de legislações que regulavam o exercício das práticas médicas. Portugal, assim, insere-se em um movimento mais amplo de reformas e disputas no campo da medicina, tanto no plano teórico quanto nas controvérsias em torno dos sujeitos autorizados a atuar nesse domínio.

Dessa forma, procuramos aqui mapear as trajetórias da profissionalização da “arte” do partejo e da inserção de um novo sujeito no cenário português do século XVIII, atentando-nos para as tensões, permanências e negociações que marcaram a convivência entre saberes tradicionais e práticas médicas chanceladas por um conhecimento proveniente das instituições de ensino europeias. É nesse quadro que a arte de partejar anteriormente compreendida como um saber eminentemente prático, historicamente associado à experiência, à oralidade e às mulheres, passa a coexistir com outras formas de conhecimentos em consolidação ao longo do setecentos, juntamente com o emprego da anatomia, utilização de fármacos e uma certa padronização da prática. A incorporação do parto ao discurso médico cirúrgico, longe de representar uma simples ampliação do campo científico,

implicou na reordenação dessas hierarquias epistemológicas e sociais, produzindo dinâmicas complexas de disputa, coexistência, negociação e redefinição de autoridade entre agentes femininos e masculinos envolvidos no universo que compunham o parto e maternidade.

Diante desse quadro, este artigo tem por objetivo analisar os processos pelos quais a arte de partejar foi progressivamente integrada ao campo médico/cirúrgico em Portugal ao longo do século XVIII, compreendendo essa incorporação como parte de uma construção social e histórica das práticas de saúde. Ao deslocar o olhar do parto enquanto evento estritamente biológico para as formas pelas quais ele foi nomeado, regulamentado e interpretado por diferentes agentes, busca-se evidenciar as tensões, acomodações e valores culturais que atravessaram esse processo.

A partir do exame de diferentes documentos oriundos do setecentos, a perpassar obras voltadas ao bem-estar, escritos do período, manuais de medicina e traduções dedicadas especificamente ao parto, buscamos analisar de que modo o partejo passou a integrar debates acerca da autoridade médica, da legitimidade dos saberes e do ordenamento social, sem que isso implicasse o desaparecimento imediato das parteiras ou dos conhecimentos por elas mobilizados.

Assim sendo nosso *corpus* documental é composto pelos quatro manuais de parto escritos no período, a saber: *Luz das comadres ou parteiras: breve tratado de como se deve acudir aos partos perigosos* (1725); *Novo Método de Partejar* (1772); *Breve Instruções Sobre os Partos* (1772); e *Aforismos Sobre o Uso do Fórceps e Vértis* (1793) traduções² pioneiras na temática no reino e curiosamente escritas por cirurgiões. Profissionais que, na altura, não possuíam a mesma posição na hierarquia dos saberes relacionados as práticas curativas. Os médicos, também

² É preciso pontuar aqui o papel e significado que as traduções possuíam no período moderno. Longe de serem meras cópias dos escritos tidos como originais em outro idioma, as traduções aqui analisadas carregavam impressões, experiências e até comentários contrários aqueles expostos nas obras originais. Nesse sentido, consideramos que ao traduzir uma obra, o autor traz consigo elementos advindos de seu próprio espaço de experiência e coloca, ainda que de forma indireta, seus signos na obra traduzida; construindo interconexões complexas que se estabelecem entre os diferentes sujeitos do processo de criação, publicação e circulação e finalmente transcrição (Darnton, 2002, p. 9-26). Tais esforços editoriais eram parte de um propósito de difusão de conhecimentos, estabelecido principalmente por uma elite letrada preocupada em disseminar práticas e construir um vocabulário capaz de transmitir um significado científico, isto é, consolidar termos científicos dentro do uso do idioma comum: o português (Denipotti, 2019, p.4). Nesse sentido, obras traduzidas de outras idiomas, especialmente o francês, no caso dos manuais de medicina, encontravam justificativa em uma espécie de uso pedagógico; muitas vezes a obra era passada para o português devido à notoriedade que alcançou em seu país de origem e/ou considerada muito importante, entre membros ilustrados, para a instrução da sociedade (Denipotti, 2019, p.4).

chamados de físicos, tinham suas atividades mais relacionadas a uma esfera intelectual, ao diagnóstico e classificação das patologias e dos fenômenos referentes ao bem-estar corpóreo, enquanto aos cirurgiões cabia o trabalho mais empírico/manual de tratar os males, lidando diretamente com diferentes procedimentos como cortes, feridas e evidentemente cirurgias (Viotti, 2025, p.358). Sob essa perspectiva, nos chama atenção o fato de que, no caso do partejo, os primeiros impressos – cancelados pela imprensa régia – tenham sido justamente produzidas por cirurgiões, evidenciando o caráter empírico da prática.

Além dos compêndios recorreremos também aos escritos impressos de três letrados importantes: *Atalaia da Vida contra as Hostilidades da Morte* (1720), do ilustre médico português João Curvo Semedo, um dos precursores do emprego de substâncias químicas no exercício da medicina e da defesa de escritos médicos em vernacular, a fim de ampliar o acesso as práticas de cura e ao bem-estar, no qual os cuidados com as mulheres não se eximiam. A segunda obra, escrita pelo douto António Nunes Ribeiro Sanches data da segunda metade do setecentos, período que, como já citado, foi marcado por profundas reformas no campo médico: *Dissertações sobre as paixões da alma* (1753). Nessa obra, o influente médico, além de discorrer acerca das temáticas da gestação, enseja um exame sobre o desequilíbrio humoral advindo das paixões, abordando como o corpo feminino mais frágil, e, portanto, sujeito a maiores enfermidades.

Por fim temos o livro *Verdadeiro Método de Estudar* (1746), escrito pelo clérigo e filósofo Luís António Verney, um dos pensadores mais influentes e progressistas durante as reformas pombalinas no terceiro quartel do século XVIII; conhecido por sua forte oposição a ordem jesuítica e pela defesa da estrutura de um saber mais empírico e voltado ao racionalismo (Ferreira, 2009). Sua obra foi composta por um conjunto de dezesseis cartas com recomendações ao rei sobre a reformulação do ensino médico no cenário lusitano; propondo o advento da química e da física nas disciplinas ensinadas no curso de medicina da Universidade de Coimbra, bem como o rompimento da influência escolástica que permanecia no reino àquela altura.

Nestes três impressos, a temática do parto não era o enfoque principal, mas ainda assim esteve presente nessas obras que buscavam, de maneiras distintas, instruir as mulheres grávidas nos cuidados com a prole e na administração de sua saúde. Ao tratarem do corpo feminino, esses doutos acabavam

inevitavelmente por abordar aquilo que, à época, era entendido como uma das principais funções sociais da mulher: a gestação e a maternidade. Analisados de forma comparativa, nossa escolha pelo estudo desse conjunto de obras se deve justamente pela importância de seus autores ao longo da centúria; letrados que contribuíram para a construção do pensamento médico e científico em Portugal. Estudados juntamente com os primeiros compêndios sobre o tema, o que os torna particularmente significativos para a compreensão da emergência do partejo como campo integrante do saber médico e para a análise dos agentes então considerados aptos a realizá-lo. A escolha por obras escritas em língua vernacular também é crucial para pensarmos o alcance desses textos – ou pelo menos a uma intencionalidade de maior alcance – uma vez que até o século XVII as obras de teor médico eram escritas em latim, língua considerada erudita e cujo ensino era obrigatório nas universidades de medicina no ocidente (Abreu; Porter, 2018, 2003).

É nesse contexto que o setecentos se mostra particularmente fértil para a análise da “arte” de partejar, uma vez que nele se articularam diferentes dinâmicas: o aumento da produção de obras médicas em língua vernácula; os processos de construção de uma ciência racional do campo médico, com maior atenção às práticas de cuidado do corpo e à preservação da saúde e não apenas ao tratamento das enfermidades, e a crescente inserção do cirurgião nesse meio. Logo, a escolha pelo recorte temporal do século XVIII se justifica pelas transformações então em curso nas formas de produção e legitimação do conhecimento médico em Portugal, frequentemente associadas ao advento da chamada “nova ciência” (Haddad; Doré, 2024). Ao privilegiar uma abordagem que considera a coexistência de práticas e a gradual redefinição das hierarquias de conhecimento, o artigo pretende contribuir para destacar como as formas de lidar com a saúde reprodutiva expressaram, no Portugal moderno, concepções específicas sobre o corpo, o saber e a organização da sociedade.

A institucionalização do partejar

Em meio às preocupações com a mortalidade de neonatos, gestações interrompidas e os riscos impostos às próprias mães, os escritos sobre o parto e sobre o universo da maternidade ganharam força no cenário português. Mais do que simples manuais técnicos, esses impressos participavam de uma concepção

de conhecimento característica da Europa moderna, na qual os saberes eram avaliados menos por seus objetos ou métodos e mais por sua utilidade prática. Nesse contexto, os tratados sobre o partejo afirmavam-se como saberes voltados à condução da vida útil e à intervenção sobre problemáticas cotidianas (Daston, 2007).

A própria circulação desses compêndios evidencia que Portugal – ou ao menos parte de sua elite letrada – acompanhava debates e saberes que atravessavam outros espaços europeus. Inseridos em extensos circuitos de comunicação compostos por autores, impressores, tradutores, livreiros e leitores (Foucault, 1969, p. 109), esses escritos também alcançavam espaços pouco usuais no reino ibérico, difundindo práticas e prescrições mesmo entre indivíduos sem instrução letrada ou situados nas regiões mais distantes do império (Gruzinski, 2012, p. 116). Nesse movimento, a cultura escrita tornou-se um importante veículo de difusão de conhecimentos médicos e de novas práticas relacionadas ao cuidado do corpo. Os tratados sobre gravidez e parto inseriam-se justamente nesse processo de gradual padronização dos saberes terapêuticos. Ainda que a segunda metade do século XVIII tenha assistido a um crescimento mais expressivo das publicações médicas, favorecidas pela imprensa régia pombalina e pelo incentivo à tipografia, os primeiros quartéis do setecentos já contavam com obras importantes que continham a temática, embora esta não fosse seu escopo principal.

Entre elas, destaca-se *Luz das Comadres ou Parteiras: breve tratado de como se deve acudir aos partos perigosos (1725)*, tradução de um manual francês realizada pelo cirurgião Domingos de Lima e Mello³. Estruturada em uma esquemática de perguntas e respostas, a obra procurava instruir parteiras acerca da gestação, do parto e do puerpério. O próprio prefácio associa a escrita do manual aos perigos atribuídos à ignorância das comadres:

Amigo leitor, é com grande lástima e compaixão, que tive de ver morrer miseravelmente uma mulher de parto, sem lhe aplicarem alguns remédios, assistindo-lhes três comadres, ou parteiras, de quem se dizia eram mestras velhas e nenhuma delas sabia o que devia fazer. E por ter notícias das muitas desgraças, que todos os dias sucedem por erros e ignorância das comadres, e por ver que todas as mulheres de parto se valem delas, e só dela se fiam em caso de tanto e aperto; e por entender que de tão pequeno volume se pode seguir grande utilidade nesse reino (Mello, 1725, p. 9).

³ Sob o pseudônimo Sebastian de Souza.

O trecho revela não apenas a centralidade das parteiras na condução dos nascimentos, mas também a crescente tentativa de submeter suas práticas a formas tidas como mais acadêmicas de instrução. A crítica à experiência das “mestras velhas” não significava sua exclusão do campo do partejo; ao contrário, pressupunha sua permanência e buscava reorganizar sua atuação a partir de parâmetros considerados mais legítimos a sua prática. Ao longo do século XVIII, foram produzidos mais três manuais de parto, nem todos pressupondo a participação da parteira na prática. Em *Aforismos sobre a aplicação, e uso do fórceps, e vectis, e sobre partos preternaturais, partos acompanhados de hemorragias, e de convulsões* (1793) temos a afirmação:

e o desejo de que eles [saberes práticos da arte de partejar] se fizessem familiares no meu país, onde há uma considerável falta de livros nacionais sobre este ramo na arte de curar, foi o motivo que me excitou a traduzi-los em vulgar (Barreto, 1793, p. 3).

Poucas décadas antes, *Novo método de partejar, recopilado dos mais famigerados e sábios autores* (1772), tradução de um manual francês realizada pelos cirurgiões Manoel José Affonso e José Francisco de Mello, já indicava a presença masculina dos cirurgiões. Logo no prefácio, os autores afirmavam reconhecer “a grande falta, que havia em Portugal de quem educasse os cirurgiões modernos na arte de partejar; ciência que é legítima filha da cirurgia” (Affonso; Mello, 1772, p. 12, grifo nosso). Ainda assim, as parteiras não desaparecem da obra. Ao contrário, diferentes passagens dos primeiros tomos procuravam instruí-las acerca dos conhecimentos considerados necessários ao exercício do ofício:

Devem primeiramente saber anatomicamente a estrutura e composição não só do útero, mas ainda das partes com que este se liga e servir-lhe de causa para a dificuldade do parto (...). Devem saber mais teoricamente os preceitos e regras de sua arte e não menos ter um bom exercício de obrar e ver obrar as pessoas dotas e peritas. Devem ter um bom conhecimento dos instrumentos e remédios que há de usar e quais ocasiões em que os devem aplicar (Affonso; Mello, 1772, p. 23-24).

Mais do que excluir as comadres do universo do partejo, o manual procurava redefinir os critérios de legitimidade de sua atuação. As parteiras continuavam aptas a conduzir os partos considerados simples, desde que submetidas a formas específicas de instrução e aperfeiçoamento. Esperava-se

delas não apenas conhecimento anatômico e domínio técnico, mas também determinadas qualidades morais e comportamentais: “deve ser de boa vida e consciência, de muito segredo, paciente, alegre, bem civilizada, e muito segura no operar e prognosticar (...). (Affonso; Mello, 1772, p. 25).”

As recomendações aproximavam competência prática e disciplina moral. Raulin, por exemplo, afirmava ser “muito essencial fazer conhecer às parteiras (...) as principais obrigações próprias ao seu estado” (M.R.D.A, 1772, p. 5), dedicando capítulos inteiros às características consideradas indispensáveis às profissionais, como serem “decentes, modestas, de bons costumes e capazes de guardarem segredo” (M.R.D.A, 1772, p. 6). A recorrência dessas prescrições sugere que a formação das parteiras envolvia muito mais do que a aprendizagem de técnicas relacionadas ao nascimento. Ao lado da crescente valorização da instrução no aperfeiçoamento do parto, emergia também uma preocupação com a conduta moral dessas mulheres, especialmente no que dizia respeito à discrição e à capacidade de “guardar segredos”. Tal expectativa parece relacionar-se tanto às noções de pudor feminino quanto às reminiscências do lugar tradicionalmente ocupado pelas antigas matronas, cuja atuação frequentemente se apoiava em relações de confiança e intimidade com as parturientes (Barreto, 2014, p. 54).

Mas não foram apenas aqueles que escreveram especificamente sobre o tema que deixaram registrados suas opiniões sobre a atuação de médicos, cirurgiões e parteiras no campo. Retomamos aqui três nomes importantes aos saberes letrados lusos para exemplificar o debate e reivindicação pela prática enquanto campo integrante da ciência médica. João Curvo Semedo, registrou em sua obra póstuma, *Atalaia da vida contra as hostilidades da morte (1720)* sua preocupação com o tema: “O desejo que tenho é de aproveitar o bem comum, é ver se posso evitar tantas mortes quantas tenho visto suceder por ignorância das parteiras, dos barbeiros e dos médicos faltos de experiência (Semedo, 1720, p. 499)”.

O também médico português Antônio Nunes Ribeiro Sanches defendia um argumento similar ao instituir a urgência acerca de um aprimoramento das ciências do parto e da instrução das parteiras no continente:

(...) esta arte de parteira está hoje na maior parte da Europa tão argumentada nas observações, e na ciência que não pode pretender-se que seja entendida nem praticada por mulheres ignorantes, como são todas àquelas que se dedicam ordinariamente a este ofício (Sanches, 1763, p.65).

Sanches igualmente argumentava sobre a necessidade a retomada do ensino de anatomia e cirurgia na Universidade de Coimbra, e assim como seu professor Herman Boerhaave, da junção do ofício do cirurgião com o de médico⁴. Dedicando quatro páginas de seu tratado às parteiras, afirmava que as alunas do tribunal deveriam produzir e editar uma espécie de “pequeno livrinho, de seis a sete folhas”, no qual se tratassem os seguintes artigos:

Do parto natural e dos meios que se devem usar até sair a luz; do parto irregular, e dos meios que se devem tomar para reduzi-lo ao estado natural; do parto difícil e perigoso, e dos meios necessários para salvar a mãe, e a criança; e do modo de criar a criança tanto que nasce, e a parida (Sanches, 1763, p.80-83).

Esta pequena cartilha seria, segundo o douto, produzida em linguagem acessível e com conceitos claros, para que a “mulher ignorante” o pudesse compreender. Sendo assim, o médico, apesar de defender fortemente a cirurgia e a obstetrícia, visava também a necessidade de instrução das mulheres a fim de prevenir mortes e melhorar a qualidade dos partos para as grávidas, ou seja, evitar sofrimentos e agonias desnecessários no partear.

Outro indivíduo importante para a ilustração portuguesa, em especial sua influência nas reformas universitárias empreendidas naquela altura, foi o supracitado clérigo Luís António Verney que, em suas obras produzidas em meados de 1750 criticava aquilo que, para o letrado, parecia ser pouco avanço científico do reino em comparação a outros países no continente e defendia melhorias nos cursos universitários portugueses e criticando⁵ (Ferreira, 2009, p. 62). Em sua obra *Verdadeiro Método de Estudar* (1746) usando como exemplo a obstetrícia realizada por cirurgiões franceses, Verney aludia para uma necessidade de maior instrução dos mesmos e domínio da anatomia feminina; afirmando que as mulheres que temiam seus partos com cirurgiões por pudor eram tolas, pois, segundo ele, os próprios cirurgiões tinham princípios cristãos e morais:

⁴ Segundo Sanches: “que todos os médicos deviam aprender a cirurgia prática na Universidade, e sabê-la tão bem que a praticassem de tal modo que se extinguisse (sic) esta classe de homens com o nome de cirurgião” (Sanches, 1763, p. 48).

⁵ O clérigo, formado em teologia e artes, passou grande parte de sua vida nos reinos da península itálica e na França, e a pedido de D. João V, escreveu sobre a necessidade de reformulação do ensino luso (Ferreira, 2009, p. 23). Sobre os saberes médicos, os encarava enquanto consequência direta da física, afirmando a necessidade do ensino da disciplina juntamente com química e filosofia nos primeiros anos (Ferreira, 2009, p. 66). Sustentava também a importância dos estudos anatômicos, ganhando destaque pela grande crítica que fazia à falta de conhecimento dos médicos portugueses (Ribeiro, 1998, p. 67).

(...) não uma, mas duas vidas, que frequentemente se perdem por culpa desta chamada vergonha. A modéstia e o pejo são muito louváveis em todos, e principalmente nas mulheres; mas há de ser em diferente sentido. Muito mais porque os Cirurgiões, sendo casados, e tementes a Deus, têm toda a boa presunção pela sua parte. Para as outras coisas das paridas, deve deixar-se o cuidado às mulheres; mas nisto dos partos, em que sempre há perigo, nunca me fiara das parteiras, as quais só mandam chamar o cirurgião quando a criança, ou a mãe, já está morta (Verney, 1746, p. 97).

Nesse sentido, os tratados não buscavam apenas padronizar práticas de assistência ao parto, mas também definir modelos específicos de feminilidade considerados adequados ao exercício desse ofício. A valorização de atributos como modéstia, decência e obediência evidencia que a legitimação das parteiras passava não somente por um domínio técnico, mas também pela conformação de seus comportamentos a determinados códigos morais e sociais.

Juízos semelhantes também recaíam sobre as próprias parturientes, frequentemente descritas por esses letrados a partir de categorias morais que associavam o medo, o pudor ou a recusa da intervenção cirúrgica à ignorância, à irracionalidade ou à imprudência feminina. Ao classificar como “tolas” as mulheres que temiam a assistência de cirurgiões durante o parto, Verney evidencia como os discursos ilustrados sobre o partejar também operavam através da normatização das condutas femininas diante do corpo, da dor e da autoridade médica.

O corpo feminino e a reprodução tornavam-se, assim, espaços privilegiados de intervenção discursiva, nos quais se articulavam preocupações médicas, religiosas e sociais. Mais do que indicar um desaparecimento imediato dessas comadres, as prescrições revelam tentativas graduais de reorganização das hierarquias de autoridade no campo, submetendo saberes tradicionalmente associados à experiência feminina a novas formas de validação letrada e institucional.

As disputas e negociações no campo

Até aqui vimos uma série de recomendações e pensamentos que visavam construir um saber a respeito do que seria considerado o bom partejar; escritos que procuravam delimitar quais profissionais poderiam realizar aquela ação e de que forma ela deveria ser realizada. Mas, para além dessas advertências, como se

davam as disputas, de modo mais pragmático, entre os indivíduos que buscavam ajudar as parturientes no momento do parto?

Apesar de indicarmos, até aqui, uma relativa simultaneidade entre o trabalho realizado pelas parteiras e pelos cirurgiões, é inegável discutirmos a obstetrícia que toma forma enquanto um campo médico e científico, distante das matronas, no chamado *early modern period* e que se intensifica ao longo do século XVIII em Portugal, culminando na obstetrícia do oitocentos.

Tal fenômeno, como já dito, percorreu todo o ocidente europeu concomitantemente ao avanço da ilustração e foi fruto de um processo de diferentes razões. Ao analisar o movimento ocorrido na Inglaterra Setecentista, David Harley demonstrou como o iluminismo na Inglaterra, e consequente aumento das técnicas cirúrgicas relacionadas ao parto, criou um ambiente de maior credibilidade a esses profissionais, somado a mudanças sociais na elite inglesa que geraram uma depreciação das parteiras frente aos cirurgiões (Harley, 2005, p. 36). Em um período de menos de cinquenta anos, no século XVIII, os homens parteiros adentraram até os ambientes rurais ingleses e conquistaram a fiel clientela de mulheres da elite da capital (Everdeen, 2005, p. 14).

Em Portugal, Marinha Carneiro também estabelece uma relação entre a maior cientifização dos médicos e uma crescente demanda de assistência por eles diante do grande número de crianças natimortas que se tinha no período. Ela afirmava que, em períodos anteriores, havia uma certa resistência em relação aos cirurgiões, principalmente das famílias que zelavam pelo pudor das parturientes (Carneiro, 2003, p. 67). Fato que pode servir como exemplo desse constrangimento em relação ao corpo da mulher grávida também é expresso em *Aforismos*; ao relatar, com um certo grau de admiração, os partos dificultosos feitos na região de Oxford pelo doutor Denman, Barreto descreve a seguinte situação, ocorrida em 1772:

Concluindo que a criança era pequena e passaria pela bacia, quiz um dos ditos senhores, para preservar a mulher, que eu saísse da sala; mas suas amizades não me permitiram retirar-me. Fiquei ao lado da cama até que a criança foi expulsada (sic) (Barreto, 1793, p.56).

Apesar de se tratar obviamente de uma declaração produzida no exterior, é interessante apontar o desejo de Manuel Barreto em traduzir esse tipo de experiência, nos dando indício não só da admiração profissional que o cirurgião

mantinha pelo médico, mas também nos indicando do papel que a questão do constrangimento da mulher em relação ao olhar masculino sobre seu corpo poderia desempenhar naquela sociedade. Dessa forma, médicos e parteiras coexistiram durante o século XVIII, inclusive no reino lusitano, com alguns momentos mais conflituosos do que outros. Um exemplo dessa afirmação é o requerimento do intendente Luís Ferrari Mordau, no terceiro quartel do século XVIII, em apelo para enviarem também parteiras examinadas para o campo:

São precisas parteiras examinadas nos campos, que não há, e por não haver, ou não prestarem, morrem neste ato muitas mulheres, e muitas crianças, pois assim como há médicos pagos, deve haver parteiras pagas, com o maior fundamento de que das mãos dos Médicos, vai se dá vida para a morte, que não tem remédio, e das mãos das parteiras vem o Homem do nada para a vida, que se facilita com a boa assistência (Carneiro, 2003, p.77, apud Mordau).

Vale destacar que muitas dessas mulheres que moravam na zona rural exerciam outras funções para além do parto. Muitas curandeiras de pequenas comunidades lusas possuíam uma vasta experiência e práticas acumuladas acerca de partos, abortos e contracepção (Bethencourt, 2004, p.107); empregando uma série de artifícios como magias, plantas, minerais, orações, amuletos e rituais específicos para engravidar ou para evitar a gravidez (Bethencourt, 2004, p.63-66).

Diante dessa aparente dicotomia entre parteiras e cirurgiões, sublinhamos a complexidade desse processo histórico, que como já assinalado, ocorreu por uma série de fatores políticos e sociais, especialmente em virtude da ilustração portuguesa e do aperfeiçoamento da obstetrícia no país. As parteiras, assim como outros agentes, estavam sujeitas às mudanças que aconteciam na sociedade, e continuaram a desempenhar um papel importante mesmo com diante da implementação do cirurgião parteiro, embora não possamos deixar de frisar as dinâmicas das relações de gênero estabelecidas pelo surgimento do profissional.

As instituições de saúde são um exemplo dessa amálgama. Uma maternidade erguida em Gottingen, cidade germânica, era destinada tanto às parteiras quanto aos cirurgiões. Criada em meados do século XVIII, uma das mais modernas maternidades da Europa ocidental, evidenciava a contemporaneidade e coexistência de parteiras e cirurgiões, embora os segundos fossem delegados para mais tarefas do que as primeiras. Caso a mulher, no momento do parto, se

encontrasse em uma situação mais fácil, sendo este normal, chamavam uma aprendiz de parteira; se havia intervenção artificial chamavam um dos estudantes de cirurgia para praticarem a operação sob a sua direção e auxílio de um médico formado (Barreiro, 2014, p.63)

O hospital São José, em Lisboa, também procurava dar assistências às mulheres que ali chegavam, muitas vezes – 98% dos casos – desamparadas e com filhos ilegítimos, permanecendo por cerca de quarenta e seis dias nessa maternidade. Em troca desses cuidados, elas eram submetidas, durante o parto, à presença de vários estudantes e parteiras que as acompanhavam e interpretavam o acontecimento, explicando depois o professor as situações e opções e a melhor forma de coordenar o procedimento. Para aquelas que podiam pagar, a maternidade também oferecia seus serviços, sem a presença de estudantes, de modo a terem suas intimidades preservadas (Schulumbohn, 2022, p. 80-89). Vale ressaltar que, assim como em Portugal, o ambiente hospitalar era encarado como um local de assistência aos mais necessitados; de maneira que mulheres com condições sociais mais elevadas geralmente tinham seus filhos em casa, acompanhadas por esses agentes de saúde já formados e em seus domicílios (Abreu, 2010, p. 263).

Retomamos as preocupações acerca do pudor feminino relatadas tanto pelo cirurgião Manoel Barreto quanto pelo clérigo Luís Verney. Associadas aos serviços de partejamento sem a presença destes estudantes, em sua maioria homens, essas falas permitem a elaboração de algumas inferências. O primeiro aspecto a ser destacado é que de fato existiu uma gradual introdução do homem médico e/ou cirurgião como agente fundamental nas práticas de partejo no Portugal setecentista. Mas, ao mesmo tempo, a introdução desse personagem encontrava resistência das mulheres – ao menos daquelas que poderiam arcar com os custos de procedimentos que expusessem em menor grau seus corpos aos olhares masculinos. O segundo aspecto é que essa resistência evidencia que as parteiras ainda eram figuras preponderantes no reino e que encontravam uma maior aceitação das parturientes.

Gottingen influenciou o reino português ao formar vários cirurgiões lusos, que posteriormente voltaram para sua terra com uma moderna concepção da obstetrícia, trabalhando na maternidade do Hospital São José e na Casa Pia, em

Lisboa. Essa última, dedicada às populações marginalizadas, possuía aulas de alemão e curso de cirurgia em conjunto com aulas no referido hospital (Rodrigues, 2008, p. 34). A Casa Pia, como já mencionada, foi uma instituição de ensino criada em 1780 e dirigida pelo Intendente Geral de Polícia, Pina Manique (Abreu, 2010, p. 117), visando o cuidado e instrução da população lisboeta marginalizada buscava promover uma maior bem-estar, aumento populacional e até incentivo à produção portuguesa de manufaturas⁶. Inspirado, principalmente, nos modelos inglês e dinamarquês de partejo, as aulas eram oferecidas tanto para parteiras quanto para médicos e cirurgiões em horários diferentes, indicando dessa forma uma tentativa de inserção dessas mulheres no meio ilustrado. (Abreu, 2010, p. 117). Alguns estudantes cirurgiões eram enviados a Copenhague, Edimburgo e Londres com o propósito de divulgarem seus conhecimentos quando regressassem e contribuíssem dessa forma para o declínio no número de óbitos (Rodrigues, 2008, p. 34)

De acordo com enfermeiro-mor do Hospital São José, em finais daquela centúria, ele era caracterizado por enfermos que, não incomumente, partilhavam leitos e ficavam amontoados nas enfermarias ou até depositados em enxergas distribuídas pelos corredores, com pouco ou nenhum cuidado sem e expostos a roubos constantes (ANTT, Real Mesa Censória, 1774, p. 523). A 18ª enfermaria da instituição, dedicada às mulheres gestantes, era chamada de Santa Bárbara⁷, figura que usualmente era invocada à proteção diante de grandes perigos contando com uma enfermeira, três ajudantes e uma parteira oficial, foi durante mais de uma centúria o único estabelecimento hospitalar destinado a receber parturientes na capital do reino, auxiliando a formação de diversos médicos do período (Carneiro, 2003, p. 116). Posteriormente, foi descrita como um local com odores “nada sutis”, com uma evidente superlotação, falta de recursos, e insalubridade para as puérperas, bem como a falta de um anonimato (Sacadura, 1939, p. 15-29):

⁶ Foram criadas oficinas de manufaturas de linho e algodão, tecelagem de lona e, no campo da saúde uma botica para atender aos mais necessitados, ver: RODRIGUES, Neuma Brilhante. Para utilidade do Estado e “glória da nação”: a Real Casa Pia de Lisboa nos tempos de Pina Manique (1780-1805). *Revista Territórios E Fronteiras*, 2011, p.25-46.

⁷ Por vezes era denominada maternidade, mas isso não era consensual entre os estudiosos, de acordo com Marinha Carneiro, ver: CARNEIRO, Marinha do Nascimento Fernandes. *Ajudar a nascer: parteiras, saberes obstétricos e modelos de formação (XV-XX)*. Dissertação (doutorado). Programa de Pós-Graduação em Ciências da Educação. Universidade do Porto, 2003. 577p.

O sossego e a tranquilidade, que são requisitos indispensáveis dos primeiros dias de puerpério, são coisas desconhecidas. De dia toda a sala se agita num fervilhar constante de grávidas que passeiam, de puérperas que conversam, de criadas e enfermeiras que circulam, varrem, removem leitos, e ministram drogas e clisteres. De noite, algumas dúzias de recém-nascidos entoam coros altissonantes de uma vozearia estridula, incommoda e inevitável (Sacadura, 1939, p. 17)

Isto posto, apesar da ocorrência de momentos conflitantes entre esses agentes, o que observamos é sua coexistência: parteiras e cirurgiões que trabalhavam juntos em maternidades e /ou frequentaram os mesmos cursos são um exemplo disso. As próprias comadres possuíam, entre si, desavenças e conflitos, especialmente entre as que tinham maior instrução e aquelas mais rudimentares; em algumas povoações, as parteiras não regulamentadas eram difamadas pelo primeiro grupo como charlatãs. Para além disso, essas profissionais mais instruídas encontravam dificuldades como salários nas enfermarias e maternidades e reconhecimento nas comunidades em que atuavam (Filippini, 2005, p.163-164).

Foi nesse ambiente de ilustração lusa, consolidado sobretudo a partir da segunda metade do Setecentos e marcado pela valorização dos saberes empíricos e pela crescente preocupação com a administração da saúde da população, que os debates sobre o partejo ganharam maior visibilidade em Portugal. Diferentemente de outros espaços da Europa ocidental, como França e Inglaterra, o contexto português –caracterizado por uma monarquia fortemente centralizadora e por vínculos mais estreitos com o catolicismo – conferiu contornos particulares à formação desses saberes. A singularidade das luzes portuguesas manifestou-se justamente na incorporação gradual de práticas e discussões médicas estrangeiras sem uma ruptura imediata com estruturas tradicionais de ensino, religiosidade e cura. Nesse cenário, a emergência de escritos sobre o partejo revela não apenas um interesse crescente pela assistência ao nascimento e a saúde feminina, mas também tentativas de reorganizar, disciplinar e legitimar os conhecimentos relacionados ao da mulher e à reprodução.

Não é possível deixar de destacar que, apesar de coexistirem, parteiras e cirurgiões passavam por distintos processos de hierarquização. A imputação de uma ignorância das parteiras – em contraposição ao conhecimento de médicos e cirurgiões – por partes dos letrados lusos evidencia dois projetos concomitantes: a

ampliação dos cargos e serviços oferecidos por médicos e cirurgiões – em uma área usualmente ocupada por mulheres – e o afastamento e diminuição do prestígio do ofício das parteiras. Projetos que eram justificados, pela ótica desses doutos, por um desejo real de evitar futuras mortes de mulheres e crianças. Por outro lado, como sublinhado, para muitas dessas gestantes, os olhares masculinos eram objeto de vergonha, de tal modo que muitas delas ainda preferiam que seus partos fossem guiados por outras mulheres parteiras.

Conclusão

Em suma, buscamos mostrar nessas linhas, o trânsito de saberes em torno do partejo ocorrido em Portugal, ao longo do século XVIII. Campo que se desenvolveu em torno das figuras das parteiras e dos cirurgiões, inseridos nos debates acadêmicos lusitanos, diferentes agentes passaram a defender, por meio de reformas institucionais, tratados e propostas de instrução, a incorporação da ciência dos partos ao campo médico. Tal movimento ocorreu tanto pela tentativa de instrução e regulamentação das parteiras e matronas, detentoras de um conhecimento ancestral e validado pela aquela sociedade, quanto pela crescente valorização dos cirurgiões que, apoiados nos avanços da cirurgia e da anatomia, buscavam modernizar a assistência ao parto e reduzir as taxas de mortalidade.

A análise apresentada, baseada sobretudo em manuais de partejo e tratados médicos produzidos no período, fontes ainda pouco exploradas pela historiografia, evidencia a complexidade das transformações ocorridas no universo do partejar ao longo do setecentos no ambiente letrado português. Processo encarado aqui não como simples e linear substituição, mas como uma dinâmica mais complexa, marcada por disputas, coexistências, negociações e redefinições de autoridade entre diferentes sujeitos e formas de conhecimento. O processo de consolidação da medicina enquanto campo científico contribuiu para o aparecimento da figura do cirurgião parteiro e para uma crescente busca pela padronização da assistência ao parto, enquanto as matronas dispunham de um saber já validado e consolidado pela sociedade. Entre parteiras e cirurgiões, buscamos mapear as trajetórias e tensões que antecederam a consolidação da obstetrícia no contexto português.

Referências

ABREU, Jean Luiz Neves. **Ilustração, experimentalismo e mecanicismo: aspectos das transformações do saber médico em Portugal no século XVIII**. Topoi (Rio de Janeiro), v. 8, p. 80-104, 2007.

ABREU, Jean Luiz Neves. **Nos domínios do corpo: o saber médico luso-brasileiro no século XVIII**. 1. ed. Rio de Janeiro: FIOCRUZ, 2011. v. 1. 220p.

ABREU, Laurinda. **A institucionalização do saber médico e suas implicações sobre a rede de curadores oficiais na América portuguesa**, Tempo. 2018, vol.24, n.3.

ABREU, Laurinda. **Portuguese experiences of artificial infant feeding in the late eighteenth century**. Food and History, v. 14, n. 1, p. 55-79, 2016.

AFFONSO, Manoel José; MELLO, José Francisco de. **Novo método de partejar, recopilado dos mais famigerados e sábios autores**. Lisboa: Oficina de Miguel Rodrigues, 1772.

BARRETO, Manuel. **Aforismos sobre a aplicação, e uso do fórceps, e vectis, e sobre partos preternaturais, partos acompanhados de hemorragias, e de convulsões**. Traduzido por Manoel Alvares da Costa Barreto [Cirurgião]. Lisboa: Régia Oficina Tipográfica, 1793.

BARRETO, Maria Renilda Nery. **A Ciência do Parto nos Manuais Portugueses de Obstetrícia**. Gênero (Niterói), v. 7, p. 217-234, 2007.

BETHENCOURT, Francisco. **O imaginário da magia: feiticeiras, adivinhos e curandeiros em Portugal no século XVI**. Cia das Letras, 2004.

BLUTEAU, Raphael. **Diccionario da Lingua portugueza**, composto pelo Padre D. Rafael Bluteau, e reformado, e accrescentado por Antonio de Moraes Silva, natural do Rio de Janeiro. Tomo segundo. L-Z. Lisboa, na Officina de Simao Thaddeo Ferreira, 1789.

BOUZA, Fernando; CARDIM, Pedro; FEROS, Antonio (Ed.). **The Iberian World: 1450–1820**. Routledge, 2019.

FRANCO, Francisco Melo. **Tratado da Educação Física dos Meninos Para Uso da Nação Portuguesa**. Academia das Sciencias de Lisboa. de 1790

CARNEIRO, Marinha do Nascimento Fernandes. **Ajudar a nascer: parteiras, saberes obstétricos e modelos de formação (xv-xx)**. Dissertação (doutorado). Programa de Pós-Graduação em Ciências da Educação. Universidade do Porto, 2003.

CONDÉ, Mauro Lúcio Leitão. **“A ciência tem história”, Um papel para a história.** O problema da historicidade da ciência. Curitiba: Ed. UFPR, 2017, p. 19-30.

CODY, Lisa Forman. **Birthng the Nation:Sex**, Science, and the Conception of Eighteenth-Century Britons.1. ed. Oxford:Oxford University Press, 2005.

COSTA, Palmira Fontes. da; CARDOSO, Adelino. (Org.). Percursos na história do livro médico (1450-1800). Lisboa: Edições Colibri, 2011. In: COSTA. P.F. da ; **O Corpo Insólito: Dissertações sobre Monstros no Portugal do século XVIII.** Ed.1. Porto: Porto Editora, 2005.

DASTON, Lorraine. Uma História da Objetividade Científica e Sobre a Observação Científica. In DASTON, Lorraine (Org.); ALMEIDA, Tiago Santos (Org). **Historicidade e Objetividade**, 2017.

DENIPOTI, Cláudio. **Tradutores médicos e a ideia de tradução em Portugal em fins do século XVIII**; o caso dos livros de medicina. História, Ciências, Saúde-Manguinhos, v. 24, p. 913-931, 2017

DIAS, José Pedro de Souza. Até que as Luzes os separem: Hipócrates e Galeno na Literatura Médico-Farmacêutica portuguesa dos séculos XVII e XVIII. In: Inês E. Ornellas, (org), **Revisitar os Saberes.** Referências Clássicas na Cultura Portuguesa do Renascimento à Época Moderna, Centros de Estudos Clássicos FLUL e IELT, Universidade Nova de Lisboa, Lisboa, 2010, p. 77- 88.

FOUCAULT, Michel - **A Microfísica do Poder.** Rio de Janeiro: Graal, 1993.

HADDAD, Thomás A. S.; DORÉ, Andréa, A nova ciência, in: ARAÚJO, André de Melo et. al. **A Época Moderna.** Petrópolis, RJ: Editora Vozes, 2024.

HENRIQUES, Francisco da Fonseca. **Âncora Medicinal para Conservar a Vida com Saúde**, Lisboa, na Oficina de Música, 1721.

HENRIQUES, Francisco da Fonseca. **Medicina lusitana, socorro delphico aos clamores da natureza humana para total profligação de seus males.** Amsterdam: Caza de Miguel Dias, 1731.

JORDANOVA, Ludmilla. **Nature Displayed:** Gender, Science and medicine, 1760-1820. London and New York: Longman, 1999.

MELLO, Domingos de Lima e. **Luz das comadres ou parteiras.** Breve tratado de como se deve acudir aos partos perigosos. Lisboa: Imprensa de João Nunes Esteves, 1725.p. p III-IV.

M.R.D.A. **Breves instruções sobre os partos a favor das parteiras das províncias**, Imprensa Typografica Régia, 1772.

MERLAND, Hilary. **The Art of Midwifery**: Early Modern Midwives in Europe, ed.London and New York, 2005.

ROHDEN, Fabíola. **Uma ciência da diferença**: sexo e gênero na medicina da mulher. Rio de Janeiro: FIOCRUZ, 2001.

SANCHES, Antônio Nunes Ribeiro. **Cartas sobre a Educação da Mocidade (1760)**. Porto: Domingos Barreira, 2003.

SANCHES, Antônio Nunes Ribeiro. Obras, Coimbra, Universidade, 1959-1966, 2 vols. 1o v.: **Método para aprender e estudar a medicina**: cartas sobre a educação da mocidade. - VIII, 378 p. 2o v.: Apontamentos para estabelecer-se um tribunal e colégio de medicina: carta a Joaquim Pedro de Abreu: tratado da conservação da saúde - XXIII, 397 p.

SEMEDO, João Curvo. **Atalaya da vida contra as hostilidades da morte**; fortificada e guarnecida com tantos defensores, quanto são os remédios, que no discurso de cinquenta e oito anos experimentou [...]. Lisboa Ocidental: na oficina Ferreyciana, 1720.

SEMEDO. João Curvo. **Polianthea medicinal** [...]. Lisboa: Officina de Antonio Pedrozo Galram, 1741.

PORTER, Roy. **The Cambridge History of Science**, V.4 The Eighteenth Century. Cambridge, Cambridge University Press, 2008.

VIOTTI, Ana Carolina de Carvalho, **Médicos e Cirurgiões no Brasil Colonial**. In: FRANCO, Sebastião Pimental et al. História, Saúde e Doenças. Vitória/ ES: Editora Proex Ufes, 2025.

VERNEY, Luís António. **Verdadeiro Método de Estudar Para ser Útil a República e a Igreja**. Oficina de Antonio Balle. Lisboa, 1746.

Ana Luiza Mendes Verissimo

Atualmente realiza seu doutoramento no Programa de Pós-graduação em História pela Universidade Estadual Paulista "Júlio de Mesquita Filho" acerca das práticas de varíolização no Atlântico português setecentista. Mestre em História (2022) pelo Programa de Pós-graduação em História da Universidade Estadual Paulista "Júlio de Mesquita Filho" (UNESP), no qual desenvolveu a dissertação "Entre parteiras e cirurgiões: um estudo sobre o partejo no Portugal setecentista". Graduada em História (2019) pela Universidade Estadual Paulista "Júlio de Mesquita Filho" (UNESP).
